

Escola faz pressão

idade

DF - Educação

Jornal de Brasília • 13

para cobrar em OTN

Os pais de alunos de escolas particulares do Distrito Federal estão sendo coagidos a assinar acordos que determinam as formas de reajustes de mensalidades para 1989, sob pena de não renovação da matrícula de seus filhos. A denúncia foi feita ontem pela presidente da Associação de Pais de Alunos do Distrito Federal (Apa-DF), Luiz Cassimiro, que pretende entrar na Justiça contra as escolas caso o Ministério da Educação não se posicione sobre os reajustes de mensalidades para o próximo ano letivo ainda esta semana.

O presidente da entidade irá ainda hoje à Curadoria Especial da Defesa do Consumidor (Cedecon) para discutir que tipo de ação jurídica pode ser movida contra as escolas que estão realizando contratos irregulares com os pais de alunos. Ele citou o caso de escolas como o Centro Educacional Stella Maris e do Inei. Ambos vincularam as matrículas à assinatura de contratos em que as mensalidades de 1989 serão reajustadas em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

Pressão

"Este é um procedimento totalmente ilegal e fica claro para os pais que quem não aceitar as condições de reajuste impostas pela escola perderá a vaga", observou. No caso do Colégio Stella Maris, Cassimiro cita trechos do acordo onde a escola determina ainda que "as parcelas mensais serão atualizadas, tendo como parâmetros principais a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o aumento salarial dos professores e funcionários".

Além disso, a escola diz que "não fornecerá documentos escolares e resultados de avaliação e frequência e que impedirá a participação do aluno nas atividades escolares enquanto houver inadimplência no pagamento das mensalidades, outra irregularidade no acordo". Os donos da escola não quiseram se pronunciar sobre a denúncia.

No caso do Inei, a circular de nº 06/88 a diretoria diz que "para garantir a vaga de seu filho" o pai de aluno deve, entre outras providências, "confirmar a matrícula assinando um novo contrato que estipula o reajuste de mensalidades em OTN. O diretor do estabelecimento, Aluizio Otávio de Brito, afirmou que este procedimento foi adotado para "facilitar a vida do pai de aluno, que assim ficará sabendo quanto vai ter que pagar no próximo ano". Ele explicou que a escola não está obrigando o pai de aluno assinar o acordo e que "pode ser rescindido", passando o responsável a pagar o que for determinado pelo Governo.

Audiência

Há cerca de três semanas o presidente da Apa-DF vem solicitando audiência com o ministro da Educação, Hugo Napoleão, no sentido de discutir propostas de associações de pais de alunos de todo o País para o reajustamento de mensalidades do próximo ano.

Segundo Cassimiro, com o fim da vigência do Decreto 95.921, 31 de dezembro de 1988, "se faz necessária uma definição do Governo no que diz respeito à mensalidade escolar, que vem sendo reajustada indiscriminadamente".

Conselho condena manobra

O presidente da Comissão de Encargos Educacionais, Júlio Gregório Filho, esclareceu ontem que as escolas, de acordo com o artigo 2º do Decreto 95.921, de 14/04/88, ainda em vigência, não podem vincular a efetivação da matrícula à assinatura de termos de aceitação de acordo. Amanhã, às 14h30, Júlio Gregório apresentará à plenária do Conselho de Educação, uma minuta de resolução que disciplina o acompanhamento e fiscalização das mensalidades, tendo como parâmetro o decreto do Mec.

Segundo o presidente da Comissão, até que o ministro Hugo Napoleão estipule novas regras, fica, valendo o decreto atual, sem o seu artigo 3º, que perde a validade em 31 de dezembro. Ele estipulou a fórmula com os índices que reajustaram as mensalidades de 1988. Para 1989, vale o decreto nos termos do artigo 1º, que diz que "as escolas podem fixar o valor de suas anuidades de acordo com seus

encargos".

Sunab

Ele explicou que caberá ao Conselho de Educação a fiscalização e o cumprimento do decreto, que continuarão sendo feitos em cooperação com a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab). No artigo 2º do documento que será submetido à aprovação da plenária, o conselheiro define que a "anuidade escolar constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados...".

Diz ainda, no mesmo artigo, que estão incluídos nas taxas escolares a remuneração relativa à segunda chamada de provas e exames de declarações, estudos de recuperação, e a segunda via de documentos como identidade escolar, boletins, histórico escolar e documento de conclusão de curso, o que vem sendo desrespeitado em acordos, como o do colégio Stella Maris.

Manifestação agita a Upis

As manifestações feitas ontem à noite por alunos da União Pioneira de Integração Social (Upis) contra o aumento nos valores das mensalidades acabaram gerando alguns tumultos. Enquanto cerca de 800 estudantes se concentravam em frente à faculdade, outros se encarregavam de tentar retirar os alunos que insistiam em permanecer nas salas de aula, muitos fazendo provas.

Neste instante surgiram alguns atritos, com agressões verbais de ambos os lados. Numa outra sala, o diretor financeiro da Upis, Ivo Montenegro, tentava convencer os membros do Diretório Estudantil de que a faculdade não poderia abrir mão da cobrança das defasagens acumuladas.

Discursos

Do lado de fora, os alunos faziam discursos revoltados contra o aumento. Suraia Gomes, do curso de Administração, dizia não ter condições de arcar com uma despesa que, segundo ela, poderá chegar a mais de Cz\$ 260 mil (incluindo a parcela de dezembro e a matrícula). "Eles dizem que têm defasagens e querem repassar tudo pra cima da gente. Ninguém tem como pagar isso", reclamava a estudante. A direção da faculdade, em negociação com representantes dos

alunos, negou-se a receber a imprensa.

Os tumultos registrados ontem na Upis e que já aconteceram este ano em outras faculdades, são fruto em parte da indefinição a respeito da cobrança das mensalidades nas escolas privadas. As quatro maiores instituições particulares de ensino superior de Brasília (Ceub, Aeudf, Católica e Upis) adotam fórmulas diferentes para a averbação das mensalidades, e nenhum de seus diretores sabe, ao certo, como elas serão efetuadas no próximo ano.

Aguardando

Enquanto o coordenador geral do Ceub, Maurício Neves, diz estar "aguardando as definições do Governo" sobre o assunto, o diretor administrativo da Católica, Antônio Godoy Caldeira, afirma que "de acordo com a nova Constituição o Governo não interfere no valor das mensalidades, mas somente na qualidade do ensino".

Mesmo "aguardando definições", a diretoria do Ceub já fixou em Cz\$ 35 mil o valor da matrícula para o próximo semestre (que corresponde à primeira mensalidade). A Católica define, até sexta-feira, o período e os valores da matrícula e das mensalidades para o primeiro semestre de 1989.